

JOÃO ALEXANDRE COELHO

É DA RESPONSABILIDADE DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS E DOS AUDITORES

PREVENIR E IMPEDIR AS PRÁTICAS
DE ATOS LESIVOS ÀS ATIVIDADES
ECONÓMICAS?

VidaEconómica

Saudade é ausência, é o sentimento de vazio que fica sem a minha mãe Elvira, os meus irmãos José Fernando e António Manuel, e o meu pai João Coelho. A memória mantém viva e presente o que perdi.

Gratidão ao apoio da Maria Eugénia, minha mulher.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A PROFISSÃO DE CONTABILISTA CERTIFICADO.....	17
2.1. Garantir o cumprimento dos princípios e normas contabilísticas.....	24
2.2. Alguns exemplos da prática profissional.....	32
2.3. As práticas contabilísticas assentes na ocultação de ativos e/ou relevação de passivos fictícios.....	60
2.4. A subavaliação ou ocultação de ativos em concordância com a criação de passivos que não correspondem a obrigações reais distorcem o valor do capital próprio e dos elementos que o integram.....	61
2.5. Os circuitos fictícios de faturação.....	78
2.6. Outros problemas na contabilidade das empresas.....	83
2.7. O processo de compras.....	106
2.8. Encargos suportados com a aquisição de bens e serviços para consumo pessoal de um sócio.....	108
2.9. Indispensabilidade dos gastos - dedutibilidade das despesas de representação.....	110
2.10. As despesas de representação.....	111
2.11. Ajudas de custo.....	112
2.12. Outras despesas não dedutíveis em IVA.....	113
2.13. Valores de saldos elevados em caixa.....	116
2.14. Como detetar e prevenir as práticas de manipulações de resultados incluídas nas demonstrações financeiras?	119

É RESPONSABILIDADE DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS
E DOS AUDITORES PREVENIR E IMPEDIR AS PRÁTICAS DE ATOS LESIVOS
ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS?

3. A PROFISSÃO DE AUDITOR.....	131
3.1. A auditoria financeira.....	135
3.2. Perfil necessário para ser auditor.....	175
3.3. As práticas de manipulação de resultados afetam a fiabilidade das informações contidas nas demonstrações financeiras. Como se podem detetar e prevenir?.....	177

INTRODUÇÃO

As atividades profissionais dos auditores e dos contabilistas certificados são muito valorizadas. Espera-se sempre que os seus trabalhos contribuam, de forma decisiva, para a deteção e mitigação dos riscos a que as empresas estão sujeitas.

As falências têm na sua origem, entre outras situações, riscos desenvolvidos por algumas empresas. Com a implementação de mecanismos de controlo, através dos auditores e dos contabilistas certificados, é possível anular esses mesmos riscos, e, provavelmente, evitar as falências.

As rotinas empresariais complexas são marcadas por riscos inerentes. A gestão e o acompanhamento dos riscos contribuem para a sua prevenção e a sua materialização. Os profissionais têm de estar preparados para esses imprevistos.

Na verdade, as profissões de auditores e dos contabilistas certificados têm por exigência e fundamento os necessários conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos. Estes saberes devem ser direcionados para avaliarem processos de trabalho, produtos, riscos, para a resolução de problemas, e também para a regulação das práticas e dinâmicas nas diversas áreas em que se situam.

A PROFISSÃO DE CONTABILISTA CERTIFICADO

O estudo da história da contabilidade proporciona o conhecimento das atuações e os requisitos no âmbito desta profissão, o seu desenvolvimento e as suas influências.

É uma verdade perceptível que o mundo está em contínuo processo de evolução, facto que proporciona mudanças em todas as áreas, principalmente no que diz respeito à tecnologia. Em decorrência disso, os processos de contabilidade modificaram-se, melhoraram com o decorrer do tempo e das evoluções que ocorreram, como as mudanças culturais, económicas, financeiras, sociais, políticas e científicas.

A importância da contabilidade é fundamental para a sociedade e para as empresas. É uma evidência o seu desenvolvimento contínuo, da idade antiga até a idade contemporânea, denominado período científico. Além do mais, o mercado de trabalho é bastante amplo e exigente para os profissionais da área. As empresas necessitam de um Contabilista Certificado (ex- Técnico Oficial de Contas), que deve ser responsável pelos seus registos contabilísticos e fornecer informações confiáveis aos seus utilizadores.

Há várias finalidades na utilização da contabilidade, mas as mais relevantes são o planeamento, o controlo e o suporte no processo de decisão. O planeamento é uma tarefa de gestão que procura determinar o caminho mais apropriado e que está relacionado com a preparação, organização e estruturação de determinados objetivos. Há diferentes tipos de planeamento, a saber:

- a) Planeamento económico - tem como finalidade determinar os objetivos e os meios de uma empresa para criar estratégias destinadas ao seu benefício e desenvolvimento.
- b) Planeamento financeiro - está relacionado com a gestão das vertentes financeiras de uma empresa. O adequado planeamento financeiro permite às empresas administrarem as suas finanças de forma mais organizada, eficiente e sustentável.
- c) Planeamento empresarial - facilita, de forma substancial, a gestão de uma empresa. Há três tipos de planeamento empresarial que o gestor pode aplicar na administração da sua empresa:

Planeamento Operacional;

Planeamento Estratégico;

Planeamento Tático.

Controlo - é o modo utilizado para administrar e confirmar se as ações executadas pela empresa estão em conformidade com o que foi planeado.

O processo de decisão é constituído pelo conjunto de procedimentos que fazem com que se consiga realizar os objetivos pretendidos e estipulados no planeamento.

A PROFISSÃO DE AUDITOR

As auditorias devem ser realizadas segundo as normas técnicas em vigor.

As empresas à medida que crescem e se desenvolvem exigem algumas modificações administrativas, técnicas e comportamentais para que tenham sucesso nos empreendimentos. Em cada fase as empresas requerem dos seus empreendedores mudanças comportamentais, que implicam a aquisição de novos conhecimentos visando suprir as suas necessidades operacionais. No ambiente organizacional a procura por resultados é constante, como consequência é preciso transformar processos, produtos e estruturas orgânicas.

As características mais marcantes nas empresas são:

- a) Sistemas e estruturas organizacionais e funcionais. Estes representam as estruturas nas quais uma empresa está configurada. Essas estruturas definem como cada divisão de um negócio é formada, a hierarquia de quem se reporta e para quem, e como flui a comunicação por toda a organização. Com um sistema organizacional bem definido, todos os funcionários conhecem o negócio e sabem o que é esperado deles e a quem se devem reportar. Ou seja, uma boa estrutura

organizacional estabelece a hierarquia e o fluxo de comunicação numa empresa.

- b) Visão e criatividade institucionalizadas. É uma característica fundamental para garantir o sucesso de um negócio. A criatividade é considerada um talento. A ausência de criatividade é um obstáculo à competitividade das organizações com reflexos na economia global. É preciso estimular a segurança e a confiança dos colaboradores preparando-os para que concentrem as suas energias criativas nos objetivos das empresas e encontrem boas práticas no desempenho, aproveitando as oportunidades. Os colaboradores criativos produzem ideias inovadoras ao nível dos produtos, das práticas e dos procedimentos organizacionais.
- c) Orientação para os resultados. As empresas precisam de ter objetivos estratégicos bem definidos e desenvolver uma orientação voltada para os resultados, caso contrário, perdem a sua função de existir. Estabelecer metas impossíveis, além de criar grande frustração, impede que o esforço seja direcionado para algo que trará resultados. Os profissionais com orientação para resultados dedicam maior esforço para os objetivos potencialmente controláveis. Os bons resultados só serão obtidos se alinharem os produtos e serviços às necessidades dos clientes. Assim é bastante natural que um funcionário orientado para resultados motive os colegas para que eles contribuam com a sua parte.

A existência de um propósito comum, o sentido de comunidade e a participação colaborativa dos profissionais são alguns dos indicadores de qualidade das organizações, onde todos, em conjunto, podem aprender e cooperar. Neste domínio, tem-se generalizado e acentuado a tendência para organizar e desenvolver o trabalho em equipas multidisciplinares que ten-

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO AUTOR ÁREAS ECONÓMICA,
FINANCEIRA, AUDITORIA E DE CONTABILIDADE

São artigos publicados no semanário Vida Económica considerada a publicação especializada com maior audiência nas empresas e profissionais.

“QUEM ESTÁ INCOMODADO COM O TRABALHO DA
AUDITORIA EXTERNA PÚBLICA INDEPENDENTE?”

A importância deste tipo de auditoria está direcionada para os dinheiros públicos e a respetiva utilização que constituem, sem margem para dúvidas, um dos núcleos essenciais do funcionamento de um Estado de Direito, Democrático e Social. Com rigor, considera-se que qualquer uma destas três dimensões estaduais vê a sua existência perigar se os recursos públicos não forem corretamente geridos e utilizados. Assim sendo, o controlo independente sobre o seu uso deve ser sempre um controlo efetivo e real, no sentido de resultar em consequências efetivas para os sujeitos e agentes infratores. Está em causa o adequado uso das receitas públicas.

www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1/publicacoes/edicao-num-1824-do... sexta-feira 13 de março de 2020.

“AS VÍTIMAS DA SOCIEDADE SUPER CONSUMISTA E
DA ELEVADA TRIBUTAÇÃO FISCAL” 13/11/2020 — “AS
VÍTIMAS DA SOCIEDADE SUPER CONSUMISTA E DA
ELEVADA TRIBUTAÇÃO FISCAL” PARTE SUPERIOR DO
FORMULÁRIO

Vida Económica > Publicações > Edição núm. 1857 do Vida Económica de 13.11.2020 >

As naturais e evidentes preocupações com a sustentabilidade das finanças das famílias agravam-se com a atual crise. A sociedade, devido ao sistema em que vive, onde o importante é o que se tem, tende a desenvolver distúrbios caracterizados pela compulsão em comprar coisas desnecessárias que talvez nunca usarão.

Vida Económica › Publicações › Edição núm. 1868 do *Vida Económica* de 05.02.2021 › Opinião › O valor e a importância das demonstrações financeiras... <https://bit.ly/2YWgApt>.

O valor e a importância das demonstrações financeiras para as empresas O valor e a importância das demonstrações financeiras para as empresas. O problema centrado nas pequenas e micro empresas.

Vida Económica › 21/09/2021; *Dificuldades e limitações nos trabalhos dos auditores...* <https://bit.ly/2W4jBX2>

DIFICULDADES E LIMITAÇÕES NOS TRABALHOS DOS AUDITORES

Em geral, o trabalho de auditoria financeira procura determinar se as demonstrações financeiras e respetivos registos contabilísticos de uma empresa ou entidade merecem ou não confiabilidade. Para ser útil, a informação precisa de ser relevante, confiável, ou seja, deve estar livre de erros, desvios substanciais e revelar adequadamente aquilo que se propõe a representar.

Vida Económica › 25/10/2021

RESOLVERAM-SE AS INCONSISTÊNCIAS EXISTENTES E DOTARAM-SE AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DE UM SISTEMA ORÇAMENTAL E FINANCEIRO MAIS EFICIENTE COM O SNC-AP?

BIBLIOGRAFIA

Abreu, J. M. C. (2010). *Curso de Direito Comercial – Das Sociedades* (3.^a ed., vol. II). Coimbra: Almedina

Almeida, B. J. (2017). *Manual de Auditoria Financeira: uma análise integrada baseada no risco* (2.^a ed.). Lisboa: Escolar Editora. 56

Alves, M. C. G. (2002). *Decisores e informação contabilística; Sua influência nas decisões empresariais*, Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Alves, M. C. G. (2003). *Relevância da Informação Contabilística - Abordagem Teórica e Estudo Empírico*. Contabilidade.

Alves, M. C. G. (2008). *A Contabilidade Nas Decisões De Gestão Dos Dirigentes Portugueses*. Revista Universo Contábil.

Alves, J. J. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas*. Edições Sílabo.

Azevedo, D. (2006), “Regularidade”. Revista dos Técnicos Oficiais de Contas 72, p. 3.

Azevedo, J. N., Alves, J., Teixeira, A., & Souto, A. (2016). *O Impacto das Medidas Governamentais de Combate à Fraude e Evasão Fiscal*

na Prestação de Contas das Empresas: O caso do DL N.º 198/2012 nos Inventários declarados. In Atas da XXVI Jornadas Luso-Espanholas (Portugal), Idanha-a-Nova (pp. 1-18). Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Coelho, João Alexandre da Conceição (2015). *O sistema de informação financeira no ensino secundário público em Portugal.* Tese de Doutoramento. <http://hdl.handle.net/10451/20227>

Coelho, João Alexandre da Conceição (2000). *Auditorias da Qualidade no Tribunal de Contas. Implementar as Auditorias da Qualidade.* Dissertação de Mestrado.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2013). *Internal Control – Integrated Framework: Executive Summary.* Durham: COSO.

Costa, C.B. (2007), *Auditoria Financeira: teoria & prática*, 8.ª Edição; Editora Rei dos Livros, Lisboa, p. 30 -190.

Costa, M. e J. Moreira (2010), “A Experiência do Auditor como Determinante da Qualidade da Auditoria: uma análise para o caso português”, *Revista Contabilidade & Gestão*, N.º 9, pp. 9-47.

Costa, C. B. (2017). *Auditoria Financeira - Teoria e Prática* (11.ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros.

Cravo, D. (2010). *PME têm novo Sistema de Normalização Contabilística.* Vida Económica

Cunha, A. P. M. P. (2016), “Nos trilhos da responsabilidade tributária: o roteiro dos contabilistas certificados”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 23, pp. 333-350.

Cunha, M. (2013), “Métodos empíricos para detetar práticas de manipulação de resultados”, *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, N.º 63, pp. 15-23.

BIBLIOGRAFIA

Félix, G. (2018), “*A responsabilidade tributária do contabilista certificado*”. *Vida Económica* (16 Mar. 2018).

Francisco, Maria Matilde da Costa Lavouras. (2013) *Transparência nas demonstrações financeiras*. Tese de Doutoramento em Direito, na área de especialização de Ciências Jurídico-Económicas

Gil, António de Loureiro. *Sistemas de informações contábeis / financeiros*. São Paulo: Atlas, 2004

Gomes, E. (março de 2014). *A importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria*. (O. R. Contas, Ed.) *Revista Revisores & Auditores* (64).

Goncalves, C., Goncalves, G. e Sequeira, L. (2014). *A Profissão de Técnico Oficial de Contas: Enquadramento Normativo*. Porto: Vida Economica.

Gonçalves, Cristina & Carreiras, Francisco, *O comportamento ético e o profissional-l da contabilidade*, 2012. Lisboa. Áreas Editora.

Gouveia, H., Fernandes, J., & Gonçalves, C. (2015). A utilidade da contabilidade para os gestores das Microempresas. *Portuguese Journal of Accounting and Management*, 16, 77– 105.

Graham, L. (2015). *Internal control and audit compliance: documentation and testing under the new COSO framework*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Hall, M. (2010). *Accounting information and managerial work*. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 301–315.

Hansen, Jens Erik. A Evolução da Contabilidade: da idade média à regulamentação americana. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 134, p. 79-91, jun. 2014. ISSN 2526-8414.

IFAC (2015). *Manual Normas de Auditoria. Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros*

Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados (2015), Parte I. (OROC, Tradução)

Inácio, H. C. (2014). *Controlo Interno. Enquadramento Teórico e Aplicação Prática*. Escolar Editora.

Lemes Júnior, A. B; Pisa, B. J. *Administrando micro e pequenas empresas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Levitt, A. (1998), “Financial reporting: The ‘numbers game’”, *Text of speech given on September 28*, New York University Center for Law and Business.

Major, M. J., & Vieira, R. (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão. Teoria, Metodologia e Prática*. (E. Editora, Ed.). Lisboa.

Marion, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 16.^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Marçal, N., & Marques, F. L. (2011). *Manual de auditoria e controlo interno no sector público*. Edições Sílabo.

Marques, P. (2011). *Responsabilidade Tributária dos Gestores e dos Técnicos Oficiais de Contas: A Reversão do Processo de Execução Fiscal*. Coimbra: Coimbra Editora.

Marques, M. (2010). *Auditoria e Gestão*. Lisboa, Editorial Presença

Matos, C. G. (2016). *A Responsabilidade dos Contabilistas Certificados no Exercício da sua Atividade Profissional: a Responsabilidade Tributária*. Coimbra: Almedina

Monteiro, A. M. (2015). *A Avaliação do Sistema de Controlo Interno: o contributo do auditor externo e o seu papel na gestão empresarial (Relatório de Estágio)*. Faculdade de Economia do Porto.

Nabais, C; Nabais, F. (2011). *Prática Financeira; I: Análise Económica & Financeira*, Lidel, 7^a Edição.

NTRA. (2019). *Normas Técnicas de Revisão/Auditoria*.

BIBLIOGRAFIA

Nunes, L. (2004). *A Informação Contabilística na Tomada de Decisão das Pequenas Empresas - Uma Aplicação no Distrito de Castelo Branco*, Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Nunes, L., & Serrasqueiro, Z. (2004). *A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas*. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15 (36), 87– 96.

Nunes, M. V. (2017), *Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados: Anotado* (2.a Edição). Porto: Vida Economica.

OROC. (2015). *Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*. Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

Pinheiro, J. L. (2010). *Auditoria Interna - Auditoria Operacional - Manual Prático para Auditores Internos* (2.ª ed.). Rei dos Livros.

Pontes, C. (2013), “A responsabilidade subsidiária dos gerentes, TOC e ROC por dívidas tributárias: âmbito de incidência”. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 162, pp. 63-70

Reis, J. V. (2008). *Revisão e Auditoria às Contas – Intervenções do Bastonário*. Coimbra, Edições Almedina.

Rocha, L. M. R. (2000). *A teoria financeira no contexto das pequenas e médias empresas: o caso do sector têxtil e de vestuário em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, Universidade do Porto

Rodrigues, A. M. (2016). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

SÁ, Antônio Lopes. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2010

Serra, M. R. (2012). *A Responsabilidade Tributária Subsidiária: A Reversão no Processo de Execução Fiscal*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Silva, Gonçalo (2013), “*Auditoria forense: necessidades atuais e futuras*”.

Silva, Paulo (2014). *“A Tentativa na Fraude Fiscal”*. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa Dissertação de mestrado em Direito, na U. Católica Portuguesa.

Silva, Pedro Xavier Quaresma (2016). *“A Auditoria e o Controlo Interno nos Inventários, o caso do Vinho do Porto”*. ISCAP

Vasconcelos, Paulo (2016), *“Apuramento e Aplicações de Resultados”*, Coimbra: Almedina.

LEGISLAÇÃO

- Decreto-Lei n.º 265/1995, de 17 de outubro.
- Decreto-Lei n.º 452/1999, de 5 de novembro.
- Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho. SNC - Sistema de Normalização Contabilística. (2009).
- Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro.
- Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho. SNC. (2015)
- Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.
- Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro.
- Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro.

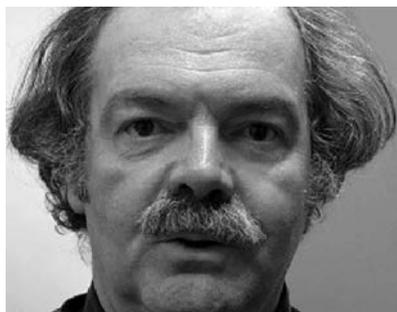
OUTROS

- Acórdão de 08/02/2011, proc. 5972/09.7 YYPRT.P1. Tribunal da Relação do Porto.
- Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados
- Código Deontológico da Ordem dos Contabilistas Certificados

BIBLIOGRAFIA

CÓDIGOS

- CIRC; CIVA; IRS; RGIT; CPPT
- LEI GERAL TRIBUTÁRIA



FORMAÇÃO ACADÉMICA:

Doutorado com Distinção em Administração Pública (especialização em Contabilidade). Detentor de outras habilitações académicas: Mestrado em Gestão (especialização em Auditorias da Qualidade); Licenciado em Economia; Licenciado em Auditoria Contabilística; Bacharel em Contabilidade e Administração.

Detentor do Curso de Especialização para Alta Direção “Driving Government Performance in Portugal” (Harvard University/ John F. Kennedy School of Government), lecionado em Portugal pela Harvard University, no Instituto Nacional de Administração (INA).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Ex – Técnico Oficial de Contas; Diretor de Departamento de Auditoria Interna. Auditor Externo com atividades a nível Internacional (experiência através das auditorias realizadas no Tribunal de Contas de Portugal (auditorias em Portugal Continental, Açores e Madeira), e nas auditorias conjuntas com o Tribunal de Contas Europeu - Luxemburgo, com o Tribunal de Contas de Roma- Itália e com os auditores das Direções Gerais da Comissão Europeia- Bruxelas. Auditorias realizadas ao financiamento do

Projeto de Estradas III, com a emissão de Pareceres das Contas para o Banco Mundial- Washington, D.C. Estados Unidos da América.

Ex-Tributário na Direção Geral dos Impostos.

Professor na Universidade; Ex- Professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL);

Formador certificado pelo IEFP. Consultor (saliento o Projeto de cooperação com a República de Cabo Verde. Fornecimento de serviços de consultoria e assistência técnica com vista à implementação da Casa do Cidadão, na cidade da Praia. Trabalho desenvolvido de acordo com o Despacho n.º 04/04-P-IGLC).

Orientador de Dissertações de Mestrado.

As atividades profissionais dos auditores e dos contabilistas certificados são muito valorizadas. Espera-se sempre que os seus trabalhos contribuam, de forma decisiva, para a deteção e mitigação dos riscos a que as empresas estão sujeitas. Através destes profissionais é possível anular os riscos e, provavelmente, evitar as falências.

Na verdade, as profissões de auditores e dos contabilistas certificados têm por exigência e fundamento os necessários conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos. Estes saberes devem ser direcionados para avaliarem processos de trabalho, produtos, riscos, para a resolução de problemas, e também para a regulação das práticas e dinâmicas nas diversas áreas em que se situam.

Os saberes e os conhecimentos profissionais do autor deste livro, nas áreas de auditoria e contabilidade, resultam da sua experiência profissional e do seu processo formativo. As experiências profissionais são a aplicação do que aprendeu, dos conhecimentos e da formação académica que adquiriu ao longo dos anos.